Terco Grant Thornton

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2008 e de 2007

Terco
Grant Thornton

Parecer dos auditores independentes

Aos administradores do Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB:

1. Examinamos o balanço patrimonial do Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, em 31 de dezembro de 2008, o superávit de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, foram examinadas por outros auditores conforme parecer de auditoria, emitido em 12 de dezembro de 2008, sem ressalva. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 2, a aplicação das novas práticas contábeis adotadas no Brasil não gerou efeitos relevantes, permitindo a comparabilidade das demonstrações entre os exercícios.

Terco
Grant Thornton

5. As demonstrações dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e em nossa opinião, estas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 3, tomadas em conjunto.

Brasília, 16 de outubro de 2009.

Alexandre da Silva Mestre
Contador CRC 1SP-209.204/O-0 S-DF

Terco
Grant Thornton

Auditoria e Consultoria
CRC 2SP-013.073/O-5 S-DF

Luiz Cláudio Fontes
Sócio-Contador
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 T-SP S-DF

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Notas	2008	2007
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.735	2.352
Créditos diversos	-	32	53
Impostos a recuperar		7	3
Total do ativo circulante		4.774	2.408
Ativo não circulante			
Investimentos	-	3	3
Imobilizado	4	217	282
Intangível	-	1	1
			286
Total do ativo não circulante		221	286
Total do ativo		4.995	2.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Notas	2008	2007
Passivo circulante			
Obrigações trabalhistas		212	161
Obrigações por repasses de doações		-	34
Contas a pagar		30	99
Receitas a apropriar - contratos e acordos	5	3.362	1.571
Total do passivo circulante		3.604	1.865
Passivo não circulante			
Obrigações trabalhistas - parcelamento			
Patrimônio social			
Patrimônio social	6	785	484
Superávit do exercício	-	545	345
		1.330	829
Total do passivo e patrimônio social		4.995	2.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Demonstrações dos superávits para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de Reais)

	Notas	2008	2007
Receitas			
Acordos de Cooperação Internacional			
Agencia Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional - USAID		2.636	3.404
Fundação Moore		1.904	1.878
CEE/IMAZON		181	336
Doações específicas para programas		1.082	378
Outras receitas		188	44
		5.991	6.040
Custos com programas			
Bolsas de estudos	7	(573)	(851)
Salários, encargos e benefícios	7	(1.862)	(1.614)
Eventos, viagens e estadas	7	(758)	(546)
Consultorias técnicas	7	(481)	(361)
Publicações, comunicações e materiais	7	(221)	(111)
Repasses e programas	7	(303)	(877)
Despesas gerais	7	(197)	(245)
		(4.395)	(4.607)
Receitas (despesas) operacionais			
Salários, encargos e benefícios		(708)	(678)
Eventos, viagens e estadas		(26)	(57)
Consultorias técnicas		(106)	(64)
Publicações, comunicações e materiais		(7)	(21)
Despesas gerais		(179)	(181)
Despesas com depreciação e amortização		(104)	(93)
Resultado financeiro, líquido		78	6
		(1.051)	(1.088)
Superávit do exercício		545	345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de Reais)

	Notas	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006		1.156	(672)	484
Incorporação do superávit do exercício anterior ao patrimônio social		(672)	672	-
Superávit do exercício		-	345	345
Saldos em 31 de dezembro de 2007		484	345	829
Incorporação do superávit do exercício anterior ao patrimônio social	-	345	(345)	
Ajustes de exercícios anteriores	6	(44)	-	(44)
Superávit do exercício	-	-	545	545
Saldos em 31 de dezembro de 2008		785	545	1.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de Reais)

	2008	2007
Das atividades operacionais		
Superávit do execício	545	345
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	104	93
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Impostos a recuperar	(4)	
Créditos diversos	21	(4)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Obrigações trabalhistas	112	(1)
Obrigações por repasse de doações	(34)	34
Contas a pagar	(69)	99
Receitas a apropriar - contratos e acordos	1.791	1.080
Caixa proveniente das operações	2.466	
Ajustes de exercícios anteriores	(44)	
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	2.422	
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo do imobilizado	(39)	(60)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(39)	(60)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.383	1.596
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.352	756
No final do exercício	4.735	2.352
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.383	1.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB é uma associação civil sem fins lucrativos, constituída em novembro de 1998, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

A organização é comumente denominada organização não governamental e as atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o objetivo de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade e redução da pobreza.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas por meio de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo; (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o alcance dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico operacional e financeiro de longo prazo e da governabilidade dos mesmos; e (iii) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercício fiscal e/ou social.

Os principais riscos estão relacionados à base de doadores do Instituto, sendo que as ações estratégicas visam a minimizar estes riscos por meio do crescimento desta base, mediante ações institucionais pautadas na transparência das atividades, do uso dos recursos financeiros, qualidade dos projetos, imagem institucional perante a Sociedade, parceiros e doadores e competência técnica de todos os colaboradores.

Os principais contratos de doação em aberto na data de 31 de dezembro de 2008 são: (i) Acordo de Cooperação Internacional assinado com a United States Agency for International Development - USAID para o Consórcio FORTIS; (ii) contrato assinado com a Fundação Gordon e Betty Moore - Fundação Moore; (iii) Acordo de cooperação firmado com a Comunidade Européia (CEE), e; (iv) Acordo de cooperação firmado com a The Nature Conservancy - TNC.

1.1 USAID - Consórcio FORTIS

O acordo com a USAID foi assinado em 06 de outubro de 2006 com validade a partir de 01 de outubro de 2006 e prazo final em 30 de setembro de 2011, no valor total de US$7,5 milhões, equivalente a aproximadamente R$15 milhões.

O consórcio FORTIS é uma iniciativa de fortalecimento institucional voltado para as organizações da Sociedade Civil, órgãos públicos e agentes privados que trabalham em favor da conservação e uso sustentável dos recursos naturais da região sul do Estado do Amazonas. O FORTIS é formado por um grupo de organizações com reconhecida atuação na área sócio-ambiental e que decidiram atuar em conjunto no apoio ao fortalecimento das capacidades dos atores e parcerias locais nos Municípios do Sul do Amazonas.

Fazem parte do consórcio FORTIS o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, a Associação de Defesa Etno-ambiental Kanindé e a Conservação Estratégica - CSF Brasil. A iniciativa conta com o apoio da USAID.

A abrangência geográfica do consórcio envolve os sete municípios da porção sudeste do Estado do Amazonas Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá, Apuí, Novo Aripuanã e Manicoré.

Com início em outubro de 2006, o consórcio FORTIS tem duração prevista de cinco anos. Na primeira fase de nove meses serão realizadas ações de planejamento participativo junto às organizações locais (associações, sindicatos, prefeituras) e órgãos governamentais (estaduais e federais) da área ambiental. A fase de implementação deve ter duração de quatro anos a partir da aprovação do plano de trabalho elaborado nos primeiros nove meses.

Os repasses de recursos foram iniciados em março de 2007. Os recursos totais contratados para o Consórcio FORTIS estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador e podem ser assim demonstrados:

Entidade	*Em milhares de US Dólares*
IEB	*4.211*
Kanindé	*1.416*
CSF	*1.238*
Imazon	*707*

Data	*Em milhares de US Dólares*
2006	*296*
2007	*1.262*
2008	*1.537*
2009	*1.638*
2010	*1.621*
2011	*1.218*
	7.572

1.2. Fundação Moore - Programa BECA

O contrato de parceria com a Fundação Gordon e Betty Moore foi assinado em 15 de dezembro de 2004, com prazo de duração até 31 de dezembro de 2009. Um acordo firmado em 2007 antecipou o fim do contrato para 31 de dezembro de 2008. A partir dos recursos desse contrato foi instituído o Programa BECA, com o objetivo de conceder bolsas de estudo para profissionais, técnicos e estudantes engajados na conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios oriundos da biodiversidade na Amazônia brasileira. Também está previsto o apoio a execução dos cursos de capacitação ministrados pelo IEB, com interface na área de meio ambiente, destinados à qualificação de técnicos e gestores de instituições e projetos na área ambiental, dos setores público, privado, acadêmico e não governamental. As bolsas destinam-se ao aperfeiçoamento acadêmico de estudantes de nível médio, de graduação e pós-graduação, pesquisadores, líderes comunitários e técnicos de organizações governamentais, não governamentais e privadas, que atuam em áreas relacionadas à conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira, permitindo-lhes aprimorar o seu desempenho profissional. O Programa BECA oferece três modalidades de apoio para as bolsas:

- **Pequenos apoios:** concessão de auxílio financeiro individual para apoiar pesquisas ligadas a trabalhos de conclusão de cursos de graduação e favorecer a formação técnica de nível médio de estudantes que atuam na Amazônia brasileira;
- **Bolsas de pós-graduação:** concessão de auxilio financeiro individual para apoiar estudos pós-graduados no país e no exterior em áreas afins à conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira;
- **Desenvolvimento profissional:** concessão de auxílio financeiro individual para apoiar a participação de técnicos, profissionais, estudantes e comunitários em cursos de curta duração, treinamento técnico, viagens de estudo, seminários, reuniões de trabalho e intercâmbios no país e/ou no exterior.

Os recursos contratados no âmbito do contrato firmado com a Fundação Gordon and Betty Moore podem ser assim demonstrados:

Data	*Em milhares de US Dólares*
2005	*845*
2006	*825*
2007	*832*
2008	*640*
2009	*355*
	3.497

Até a data-base de 31 de dezembro de 2008 a Fundação Gordon and Betty Moore repassou a totalidade de recursos previstos no orçamento, em virtude da antecipação do fim do contrato para esta data.

1.3. Paisagens indígenas

O Consórcio Paisagens Indígenas é um dos projetos aprovados no âmbito da Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ABCI) da USAID. Este Consórcio antevê um futuro em que organizações indígenas amazônicas tecnicamente aptas e politicamente articuladas influenciam políticas públicas e decisões de gestão dos territórios indígenas e entorno, apoiando suas comunidades no manejo dos recursos naturais e fazendo frente às ameaças que comprometem seu bem estar. Organizações indígenas fortalecidas podem, assim, contribuir significativamente para a conservação da biodiversidade, a diversificação dos modos de vida e o desenvolvimento sustentável em paisagens com mosaicos de territórios indígenas e áreas protegidas na Amazônia.

Liderado pela The Nature Conservancy (TNC do Brasil), o consórcio tem como parceiros, além do IEB, o Instituto del Bien Común (IBC) no Peru e duas organizações indígenas amazônicas a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) no Brasil e a Fundación Sobrevivencia Cofan (FSC) no Equador.

As atividades do Consórcio Paisagens Indígenas estão previstas para serem desenvolvidas ao longo de cinco anos, com uma fase de desenho de outubro de 2006 a junho de 2007 e outra, de implementação, até outubro de 2011. Neste período, caberá ao IEB, entre outras atividades, produzir e gerenciar o plano de monitoramento de performance para a fase de implementação das ações do consórcio; participar no desenho e na elaboração de todas as publicações do consórcio, assegurando sua adequação para os públicos relevantes; disseminar os produtos do consórcio para organizações aliadas no Brasil e além, especialmente organizações indígenas e de apoio aos índios, reunindo e oferecendo retroalimentação destas para o consórcio e colaborar com todos os parceiros em questões relativas a políticas públicas.

O acordo com a TNC prevê o início do projeto em outubro de 2006 e prazo final estimado para 31 de outubro de 2011, no valor total de US$1,05 milhões.

Os recursos totais contratados para o projeto Paisagens indígenas estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador e podem ser assim demonstrados:

Data	*Em milhares de US Dólares*
2007	*262*
2008	*210*
2009	*210*
2010	*210*
2011	*158*
	1.050

1.4. Fundação Moore - Fortalecimento Institucional na BR-319

O projeto atua na capacitação de lideranças das comunidades tradicionais locais, técnicos e administradores de áreas protegidas em temas relacionados ao processo de consolidação das Unidades de Conservação localizadas na região da estrada, BR-319. Entre os temas estão Sistema Brasileiro de Áreas Protegidas, manejo de baixo impacto, produção agroecológica, instrumentos de política ambiental e desenvolvimento sustentável, gestão financeira e administrativa de projetos. O período de execução vai de 2009 até 2012. Os parceiros são a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pacto Amazônico e ICMBio.

1.5. Comunidade Européia - Projeto Fronteiras Florestais

Promove a inclusão sócio-ambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira por meio da gestão territorial e adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos florestais.
Com duração de quatro anos (2009-2012) o Projeto busca a redução do ritmo de desmatamento na Amazônia brasileira considerando as seguintes diretrizes:

- Melhorar a coerência das políticas públicas implementadas em nível territorial, notadamente políticas fundiárias, de colonização e políticas ambientais;
- Reforçar as organizações e comunidades das frentes de desmatamento na Amazônia brasileira, visando melhorar o seu controle sobre as suas terras e recursos naturais, a sua participação efetiva em espaços públicos de formulação de políticas, incluindo o ordenamento territorial (macrozoneamento);
- Divulgar alternativas de uso sustentável das terras agrícolas e dos recursos florestais, por parte de populações e comunidades de frentes de desmatamento na Amazônia brasileira.

O projeto tem como beneficiários pequenos produtores familiares, colonos migrantes, famílias ribeirinhas e comunidades indígenas do Alto Xingu e do Sul do Amazonas, dos Municípios de São Felix do Xingu, Tucumã e Ourilândia do Norte.

1.6. TNC - Consórcio Paisagens Indígenas

Liderado pela The Nature Conservancy (TNC), o Paisagens Indígenas tem como parceiros o IEB e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).
O consórcio, apoiado pela USAID Brasil tem como objetivo fortalecer organizações indígenas da Amazônia brasileira para que estas se tornem aptas a influenciar políticas públicas e decisões de gestão nos territórios indígenas e de seu entorno.
Por meio de suas ações, espera-se a ativa participação das organizações indígenas nas políticas públicas de desenvolvimento e conservação da biodiversidade e na gestão de paisagens amazônicas com mosaicos de territórios indígenas e áreas protegidas, notadamente no nordeste de Roraima e no Oiapoque, ao norte do Amapá. Prevê-se também o intercâmbio de experiências e lições aprendidas de um mosaico a outro e com o público em geral.

1.7. Paisagens e comunidades - CEE

O Instituto assinou em janeiro de 2005, acordo de cooperação com prazo de duração até junho de 2009. A instituição líder desse consórcio é o Instituto do Homem e Meio Ambiente - IMAZON, sediada em Belém do Pará e conta com a parceria do IEB, do Center for International Forestry Research - CIFOR e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE. As atividades do projeto iniciaram-se a partir de 2006.

O acordo objetiva a execução do Projeto Comunidades e Floresta e tem por finalidade a conservação da diversidade biológica e das funções ecológicas do ecossistema da floresta tropical Amazônica, bem como melhorar o padrão de vida e o bem-estar das comunidades da região. As ações são centradas em três temáticas principais manejo florestal, segurança fundiária e mercados. As atividades são desenvolvidas nas regiões de Gurupá, Porto de Moz e Marabá, situadas na Amazônia brasileira.

Os recursos destinados ao IEB neste acordo de cooperação podem ser assim demonstrados:

Data	*Em milhares de Euros*
2006	*179*
2007	*186*
2008	*129*
2009	*51*
	545

1.8. Manejo sustentável de recursos florestais - FFEM/FUNTEC

O IEB é uma das instituições membro do projeto de cooperação técnica estabelecido pelo IBAMA e pelo Ministério das Relações Exteriores da França. Financiado pelo Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial - FFEM, o projeto terá duração de 36 meses e tem como objetivo definir novas formas de manejo dos recursos florestais da Amazônia, em especial na região do Rio Tapajós - PA.

A expectativa é que este projeto traga benefícios tanto para o meio ambiente quanto para o bem-estar das populações locais, por meio do estreitamento de relações entre projetos de manejo comunitário e empresas, onde todos possam se beneficiar utilizando práticas mais sustentáveis e justas de extração dos recursos da floresta.

O projeto conta com a parceria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Fundação de Tecnologia Florestal e Geoprocessamento - FUNTEC, Office National dês Forêts Internnational - Onfi, Centre de Coopération Internationale de Recherches Agronomic pour lê Développement - Cirad e Groupment de Recherches et d'Echanges Technologiques - GRET.

O Instituto assinou, em novembro de 2006, o Termo de Convênio nº 03/006 com a Fundação de Tecnologia Florestal e Geoprocessamento - FUNTEC, no montante de EUR 129 mil, com prazo de duração até outubro de 2009.
Os recursos destinados ao IEB neste convênio podem ser assim demonstrados:

Data	*Em milhares de Euros*
2007	*35*
2008	*38*
2009	*56*
	129

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, posteriormente, convertida pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.
As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, não tiveram efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1.2, possibilitando a comparabilidade entre os exercícios.

2.1.1. Adoção inicial das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 são as primeiras apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o CPC 13 aprovado pela Deliberação CVM nº 565/08.
A Entidade elegeu 1º de janeiro de 2008 como a data de transição para adequar-se às novas práticas contábeis.

2.1.2. Sumário das práticas contábeis modificadas

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638 e 11.941 aplicáveis à Entidade, adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram as seguintes:

(a) Apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa (método indireto) elaborada, conforme regulamentação do CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa;

(b) Eliminação da apresentação da rubrica "Resultado não operacional" na demonstração do resultado, conforme regulamentado pela Medida Provisória nº 449/08;

(c) Em atendimento à Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 13, a Entidade optou por realizar a revisão da vida útil dos bens que compõem seu ativo imobilizado no exercício de 2009, reconhecendo seus efeitos, se houver, até o término do mesmo;

(d) Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de "impairment"), conforme regulamentado pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos. Esta análise não gerou efeito sobre o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2008;

(e) Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão atualizado, conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, quando se tratar de aplicações que serão mantidas até a data de vencimento; e (iii) pelo custo amortizado os empréstimos e financiamentos e contas a receber; conforme regulamentado pelo CPC 14 - Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação. Esta alteração não gerou efeitos a serem registrados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis:

Regime de reconhecimento da receita e despesas

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência. As doações que não possuem contratos específicos são registradas ao resultado à medida que são recebidas dos doadores. Os custos incorridos representam, basicamente, a alocação de recursos humanos e materiais na execução dos projetos. Os custos e despesas indiretas do Instituto são rateados entre os programas de acordo com a representatividade de cada um. Todos os custos são segregados por doador considerando-se a utilização de recursos humanos e materiais para cada doador, não havendo transferência de custos entre doadores.

Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (rendimentos similares às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Investimentos

É registrado pelo custo de aquisição.

Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição. As depreciações foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 4.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

	2008	2007
Fundo fixo e caixa	12	1
Bancos conta movimento	2.474	2.064
Aplicações financeiras	2.249	287
	4.735	2.352

4. Imobilizado

Representado por:

Descrição	*% - Taxa de depreciação*	*2008*	*2007*
Móveis e utensílios	*10*	*147*	*143*
Instalações	*10*	*5*	*5*
Equipamentos de informática	*20*	*293*	*277*
Máquinas, aparelhos e equipamentos	*10*	*164*	*157*
Benfeitorias em imóveis de terceiros	*10*	*40*	*-*
Total do imobilizado		*649*	*600*
Depreciações acumuladas		***(432)***	***(318)***
Imobilizado líquido		***217***	***282***

5. Receitas a apropriar - contratos e acordos

Referem-se aos recursos recebidos antecipadamente da Fundação Moore e da Comunidade Européia para execução do programa de bolsas e cursos. O prazo de reconhecimento para o resultado está vinculado ao prazo do contrato, que teve início em 01 de janeiro de 2005 e teve sua vigência antecipada para 31 de dezembro de 2009. No ano de 2008, foram apropriadas receitas no montante de R$1.904 (R$1.878 em 2007). No exercício de 2008 foram recebidos novos recursos e o saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R$3.362 (R$1.571 em 2007).

6. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial mais/(menos) os superávits e déficits acumulados.
O superávit (déficit) acumulado refere-se somente ao superávit e/ou déficit do ano corrente. Após aprovação pela assembléia, estes valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto, quando aplicável.

Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2008 o IEB sofreu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, relativa à Receita Previdenciária. Os autos de infração emitidos se referiam a lançamentos contábeis referentes aos contribuintes individuais apurados pela contabilidade e ao vale-alimentação pago em desacordo com o PAT.

Os lançamentos apontados se referiam a fatos ocorridos nos exercícios de 2003, 2004, 2005 e 2006. Adicionalmente, foi efetuado o ajuste decorrente da devolução do valor de uma bolsa individual relacionada com o programa BECA, ocorrida em 2007, no montante de R$2. Em setembro de 2008 o IEB reconheceu como erro os valores apontados pela fiscalização e efetuou os ajustes, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	***R$***
Contribuições patronais (FPAS/SAT/RAT)	***25***
Contribuições destinadas a terceiros	***5***
Contribuições previdenciárias - contribuintes individuais	***4***
Contribuições descontadas de segurados empregados	*6*
Contribuições descontadas de segurados individuais	-
Devolução - bolsa individual programa BECA	-
Total	- -

7. Custos com programas

O detalhamento dos gastos incorridos em cada programa por doador pode ser assim demonstrado:

MFC	*FFEM*	*54*	*7*
	F.E. Clusters	*176*	-
Subtotal		*230*	*7*
Pequenos Projetos (PP)	*Recursos próprios*	*300*	*93*
	GEF-PPP	-	*57*
	Fundação Ford	*102*	-
	Florida of University	-	*32*
	University of California	-	*49*
	Embaixa Britânica	-	*84*
	USAID/IRG	*3*	*63*
	CI Brasil	*66*	*30*
	TAC Barcarena	*124*	-
	PDPI	*13*	-
	USAID - USFS	-	*134*
Subtotal		*608*	*542*
Alfa	*USAID*	*27*	*1.391*
Beca	***Fundação Moore***	***1.360***	***1.421***
FORTIS	*USAID-FORTIS*	*1.399*	*686*
Paisagens e Comunidades (P&C)	***CEE***	***199***	***217***
Paisagens Indígenas (PI)	***USAID-TNC***	***571***	***343***
Total		*4.395*	*4.607*

O detalhamento de cada programa no que se refere à natureza dos gastos incorridos pode ser assim demonstrado:

2008

Natureza das despesas	ALFA	BECA	FORTIS	MFC	P&C	PI	PP	Total
Bolsa de estudos	-	469	-	2	-	36	66	573
Salários, encargos e benefícios (a)	-	535	631	141	188	298	69	1.862
Eventos, viagens e estadas (b)	-	166	271	51	10	142	118	758
Consultorias técnicas	13	141	178	15	-	51	83	481
Publicações, comunicações e materiais	-	38	37	0	-	15	130	221
Despesas gerais	0	12	156	20	2	28	85	303
Repasses a programas	14	-	126	-	-	-	57	197
Total	27	1.360	1.399	230	199	571	608	4.395

2007

Natureza das despesas	ALFA	BECA	FORTIS	MFC	P&C	PI		
Bolsa de estudos	41	707	-	-	-	-	[illegible]	
Salários, encargos e benefícios (a)	268	388	364	-	153	306	135	1.614
Eventos, viagens e estadas (b)	29	207	92	7	30	28	155	548
Consultorias técnicas	95	80	113	-	15	-	58	361
Publicações, comunicações e materiais	80	12	6	-	1	-	12	111
Despesas gerais	13	27	111	-	18	9	67	245
Repasses a programas	865	-	-	-	-	-	12	877
Total	1.391	1.421	686	7	217	343	542	4.607

***(a)** Os salários, encargos sociais e benefícios referem-se ao pessoal contratado para a execução dos projetos e são alocados como despesas pelo regime de competência. O acréscimo de funcionários ao quadro de pessoal é efetuado à medida em que há incremento nas atividades previstas em orçamento;*

***(b)** A rubrica "Eventos, viagens e estadas" refere-se ao desenvolvimento dos projetos de cada programa considerando-se a multidisciplinaridade dos mesmos, bem como as diversas regiões do Brasil nas quais os programas são desenvolvidos.*

8. Custos indiretos

Os custos indiretos são custos comuns ou conjuntos, que não são prontamente identificáveis com uma atividade-fim, mas com as atividades--meio, sendo relevantes para que as atividades-fim sejam executadas. Portanto, beneficiam toda a organização e os respectivos doadores que a financiam.

No exercício de 2008, o Instituto calculou sua taxa de custos indiretos num percentual de 13,37% (30,08 em 2007) sobre os custos totais de suas atividades.

O cálculo da taxa de custo indireto do Instituto para o exercício de 2008 pode ser assim demonstrado:

2007

Itens de despesa	Total custo (1)	Exclusão (2)	Custo indireto (3)	Custo direto (4)	Custo total (3+4)	Custo total
Salários	1.285	-	258	1.027	1.285	1.206
Benefícios e encargos sociais	**1.087**	**-**	**254**	**833**	**1.087**	**1.078**
Despesas operacionais						
Funcionários	198	194	2	1	3	10
Terceiros	250	-	-	250	250	99
Gerais	565	5	162	398	560	603
Viagens	587	-	-	587	587	419
Programas	1.382	71	-	1.311	1.311	1.266
Financeiras e bancárias	144	122	6	15	22	43
Outras despesas	106	106	-	-	-	-
Total	5.603	498	682	4.422	5.104	4.724
(a) Custos indiretos					682	990
(b) Custos totais					5.104	4.724
(a/b) Custos indiretos %					13,37%	20,95%

9. Imunidade do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento de imposto de renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal.

10. Cobertura de seguros

A Entidade mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas adotadas, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

11. Contingências

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, não há nenhuma demanda judicial em trâmite a favor ou contra o Instituto no âmbito trabalhista, tributário ou cível.

12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.
De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Entre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Entidade podem ser enumerados:

a) Derivativos

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 não existiam operações em aberto envolvendo instrumentos derivativos.

b) **Risco de taxa de câmbio**

O resultado da Entidade é suscetível a sofrer variações, pois o seu ativo e passivo estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, em função de possuir operações em moeda estrangeira.